

NEURODIVERSIDADE E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: CONTRIBUIÇÕES
DO DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM E DAS ADAPTAÇÕES
CURRICULARES PARA A INCLUSÃO ESCOLARNEURODIVERSITY AND AUTISM SPECTRUM DISORDER: CONTRIBUTIONS OF
UNIVERSAL DESIGN FOR LEARNING AND CURRICULUM ADAPTATIONS TO
SCHOOL INCLUSIONShirleidy de Sousa Freire¹Orientadora Rozineide Iraci Pereira da Silva²

RESUMO: A crescente presença de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas regulares tem impulsionado debates sobre a necessidade de práticas pedagógicas mais inclusivas e responsivas à diversidade humana. Nesse contexto, o paradigma da neurodiversidade emerge como uma perspectiva que reconhece as diferenças neurológicas como manifestações legítimas da diversidade humana, superando abordagens centradas exclusivamente em déficits e limitações. O presente artigo tem como objetivo analisar as contribuições do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) e das adaptações curriculares para a inclusão escolar de estudantes com TEA. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, fundamentada em literatura científica, legislações e documentos oficiais publicados entre 2020 e 2026. Os resultados evidenciam que a articulação entre neurodiversidade, DUA e adaptação curricular favorece a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento socioemocional dos estudantes autistas. Conclui-se que a efetivação da inclusão escolar requer currículos flexíveis, formação docente continuada, gestão escolar comprometida e eliminação de barreiras que limitam o acesso ao conhecimento.

Palavras-chave: Neurodiversidade. Transtorno do Espectro Autista. Inclusão Escolar.

ABSTRACT: The increasing presence of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in mainstream schools has fostered discussions on the need for more inclusive educational practices that are responsive to human diversity. In this context, the neurodiversity paradigm emerges as a perspective that recognizes neurological differences as legitimate manifestations of human diversity, overcoming approaches focused exclusively on deficits and limitations. This article aims to analyze the contributions of Universal Design for Learning (UDL) and curriculum adaptations to the school inclusion of students with Autism Spectrum Disorder. The study is characterized as a bibliographic research with a qualitative and exploratory approach, based on scientific literature, legislation, and official documents published between 2020 and 2026. The findings reveal that the articulation between neurodiversity, UDL, and curriculum adaptation promotes participation,

¹Discente Doutorado em Ciências da Educação, Christian Business School. shirleidy@hotmail.com

² Ph.D. Doutora em Ciências da Educação, Mestra em Ciências da Educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, Psicopedagoga, Pedagoga, Analista do Comportamento Aplicada, Especialista em Escrita Acadêmica Avançada, Professora do Ensino Superior e professora orientadora da Christian Business School-CBS. E-mail: rozineide.pereira1975@gmail.com.



learning, and the socio-emotional development of autistic students. It is concluded that effective school inclusion requires flexible curricula, continuous teacher training, committed school management, and the removal of barriers that limit access to knowledge. **Keywords:** Neurodiversity. Autism Spectrum Disorder. School Inclusion.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um dos principais desafios e compromissos dos sistemas educacionais contemporâneos. Nas últimas décadas, avanços legislativos nacionais e internacionais têm fortalecido o direito à escolarização de estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e outras necessidades educacionais específicas em ambientes educacionais inclusivos. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Lei Brasileira de Inclusão reforçam o princípio de que todos os estudantes têm direito ao acesso, permanência e aprendizagem em classes comuns do ensino regular (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996; BRASIL, 2015).

Entre os grupos que mais têm demandado atenção das instituições educacionais encontram-se os estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Caracterizado por diferenças persistentes na comunicação social e por padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, o TEA apresenta manifestações heterogêneas que exigem respostas educacionais diversificadas e individualizadas (APA, 2023).

O aumento das matrículas de estudantes autistas nas escolas regulares tem evidenciado limitações dos modelos pedagógicos tradicionais, frequentemente estruturados a partir de concepções homogêneas de ensino e aprendizagem. Tais modelos tendem a desconsiderar as singularidades dos estudantes, criando barreiras que dificultam sua participação plena nos processos educativos (MENDES, 2023).

Nesse contexto, destaca-se o paradigma da neurodiversidade, que compreende diferenças neurológicas como expressões naturais da diversidade humana e não apenas como déficits clínicos a serem corrigidos. Desenvolvido inicialmente por Singer (2017), esse paradigma propõe uma mudança de perspectiva sobre o autismo, valorizando as potencialidades individuais e defendendo a construção de ambientes sociais e educacionais mais acessíveis e inclusivos. Segundo Den Houting (2019), a neurodiversidade contribui para deslocar o foco das limitações individuais para as barreiras existentes nos contextos sociais e institucionais.

Paralelamente, o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) tem ganhado destaque como uma abordagem capaz de promover maior acessibilidade curricular. Fundamentado em pesquisas das neurociências, o DUA propõe a construção de currículos flexíveis que considerem a variabilidade dos estudantes desde sua concepção, reduzindo a necessidade de adaptações posteriores (CAST, 2024).

A articulação entre neurodiversidade, Desenho Universal para Aprendizagem e adaptações curriculares apresenta-se como uma alternativa promissora para a efetivação



da inclusão escolar de estudantes autistas. Contudo, ainda persistem desafios relacionados à formação docente, à organização curricular e à implementação de práticas pedagógicas baseadas em evidências.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar as contribuições da neurodiversidade, do Desenho Universal para Aprendizagem e das adaptações curriculares para a inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Busca-se compreender de que maneira essas abordagens podem favorecer a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes autistas no contexto da educação básica.

MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório. De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais, permitindo a análise crítica do conhecimento produzido sobre determinado tema.

A abordagem qualitativa foi adotada por possibilitar a compreensão aprofundada dos fenômenos investigados, considerando significados, interpretações e contextos relacionados à inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Segundo Minayo (2014), esse tipo de abordagem permite compreender aspectos subjetivos e sociais que não podem ser reduzidos a dados numéricos.

O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados nacionais e internacionais, incluindo *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Portal de Periódicos CAPES, ERIC (*Education Resources Information Center*), *Web of Science* e *Google Scholar*. Foram utilizados os descritores “neurodiversidade”, “autismo”, “Transtorno do Espectro Autista”, “Desenho Universal para Aprendizagem”, “adaptação curricular” e “inclusão escolar”, bem como seus correspondentes em língua inglesa: “*neurodiversity*”, “*autism spectrum disorder*”, “*universal design for learning*”, “*curriculum adaptation*” e “*inclusive education*”.

Como critérios de inclusão, foram selecionadas publicações produzidas entre os anos de 2020 e 2026, disponíveis integralmente e que abordassem diretamente a relação entre autismo, inclusão escolar, neurodiversidade, adaptações curriculares ou Desenho Universal para Aprendizagem. Foram excluídos trabalhos duplicados, estudos sem relação direta com o contexto educacional e publicações cujo texto completo não estivesse disponível para análise.

Após a seleção, os estudos foram submetidos à leitura exploratória, seletiva e analítica. Em seguida, realizou-se a categorização temática dos conteúdos identificados, possibilitando a organização dos resultados em eixos de discussão relacionados à neurodiversidade, ao Desenho Universal para Aprendizagem, às adaptações curriculares, às práticas pedagógicas inclusivas e à formação docente.

Por tratar-se de uma pesquisa bibliográfica baseada exclusivamente em fontes secundárias de acesso público, não houve necessidade de submissão a Comitê de Ética



em Pesquisa, conforme as diretrizes vigentes para pesquisas sem participação direta de seres humanos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inclusão escolar e a valorização da diversidade neurológica

Os estudos analisados demonstram que a ampliação das políticas de inclusão escolar tem impulsionado novas formas de compreender o autismo no contexto educacional. Nesse movimento, a perspectiva da neurodiversidade tem ganhado destaque ao questionar modelos que interpretam as diferenças neurológicas apenas sob a ótica do déficit. Em lugar de concentrar a atenção exclusivamente nas limitações, essa abordagem propõe o reconhecimento das singularidades cognitivas e comportamentais como parte da diversidade humana.

A literatura evidencia que essa mudança de paradigma produz impactos relevantes na organização das práticas escolares. Quando a escola passa a compreender que os estudantes aprendem de maneiras distintas, torna-se possível construir estratégias pedagógicas mais flexíveis e responsivas às necessidades individuais. Nesse sentido, o desafio deixa de ser a adequação do estudante a um modelo previamente estabelecido e passa a ser a construção de ambientes educacionais capazes de acolher diferentes formas de participação e aprendizagem.

Os autores consultados ressaltam ainda que a valorização da diversidade neurológica contribui para a redução de práticas excludentes historicamente presentes nos sistemas educacionais. Ao reconhecer potencialidades, interesses e modos próprios de interação dos estudantes autistas, a escola fortalece princípios de equidade e amplia as oportunidades de desenvolvimento acadêmico e social.

Além disso, a adoção dessa perspectiva favorece a construção de relações mais positivas entre professores, estudantes e famílias, uma vez que desloca o foco das dificuldades para as possibilidades de aprendizagem. Dessa forma, a neurodiversidade apresenta-se como um referencial importante para a consolidação de uma educação comprometida com o respeito às diferenças.

O Desenho Universal para Aprendizagem como estratégia de acessibilidade curricular

Entre os temas recorrentes na literatura analisada, destaca-se a importância do Desenho Universal para Aprendizagem como instrumento de democratização do acesso ao conhecimento. Diferentemente de propostas que buscam adaptar o currículo apenas após a identificação de dificuldades, o DUA propõe que a diversidade dos estudantes seja considerada desde o planejamento inicial das práticas pedagógicas.

Os estudos demonstram que essa abordagem amplia as possibilidades de participação ao oferecer diferentes formas de acesso aos conteúdos, múltiplas oportunidades de expressão da aprendizagem e variadas estratégias de motivação e engajamento. Tal característica é especialmente relevante para estudantes autistas, que frequentemente



apresentam perfis heterogêneos de desenvolvimento, comunicação e processamento das informações.

A análise das produções científicas indica que ambientes organizados segundo os princípios do DUA tendem a favorecer maior autonomia e participação dos estudantes. Recursos visuais, tecnologias digitais, atividades colaborativas e diferentes formatos de avaliação foram apontados como elementos que contribuem para a redução de barreiras pedagógicas.

Outro aspecto relevante identificado nos estudos refere-se à possibilidade de o DUA beneficiar todos os estudantes da turma. Ao ampliar as formas de ensinar e aprender, a proposta ultrapassa a lógica do atendimento individualizado e fortalece a construção de contextos educacionais mais acessíveis para toda a comunidade escolar.

Flexibilização curricular e garantia do direito à aprendizagem

A literatura consultada evidencia que a flexibilização curricular constitui um dos pilares da inclusão escolar. Os resultados indicam que currículos excessivamente rígidos tendem a dificultar a participação de estudantes que apresentam diferentes ritmos, estilos e necessidades de aprendizagem.

Nesse contexto, as adaptações curriculares são compreendidas como mecanismos que possibilitam a ampliação do acesso ao currículo sem comprometer os objetivos educacionais. Os estudos analisados demonstram que a utilização de estratégias diversificadas favorece a compreensão dos conteúdos e amplia as oportunidades de participação dos estudantes autistas.

Entre as medidas mais frequentemente mencionadas encontram-se a reorganização das atividades, a utilização de recursos visuais, a adequação dos instrumentos de avaliação, a flexibilização dos tempos escolares e a oferta de diferentes formas de apresentação dos conteúdos. Essas ações contribuem para tornar o processo educativo mais acessível e compatível com as características individuais dos estudantes.

Os resultados também apontam que a efetividade das adaptações curriculares depende do planejamento pedagógico e da articulação entre professores, profissionais de apoio e equipe gestora. Quando realizadas de forma isolada ou desvinculadas de uma proposta inclusiva mais ampla, tais adaptações tendem a produzir impactos limitados.

Estratégias pedagógicas e desenvolvimento dos estudantes autistas

Outro aspecto amplamente discutido na literatura refere-se às práticas pedagógicas que favorecem a participação dos estudantes autistas no cotidiano escolar. Os estudos apontam que estratégias baseadas em evidências científicas apresentam potencial para promover avanços significativos nos processos de aprendizagem e interação social.

Entre as práticas mais citadas destacam-se a utilização de rotinas estruturadas, apoios visuais, mediação entre pares, aprendizagem colaborativa e recursos tecnológicos. Tais estratégias auxiliam na organização das atividades escolares e favorecem a compreensão das expectativas relacionadas ao ambiente educacional.



A literatura também destaca a importância de considerar os interesses específicos dos estudantes como elementos potencializadores da aprendizagem. Quando os conteúdos escolares são relacionados a temas que despertam interesse e motivação, observa-se maior envolvimento nas atividades e ampliação das oportunidades de construção do conhecimento.

Além dos benefícios acadêmicos, os estudos identificam impactos positivos no desenvolvimento socioemocional. Ambientes acolhedores e práticas pedagógicas inclusivas contribuem para o fortalecimento da autoestima, da autonomia e do sentimento de pertencimento dos estudantes autistas à comunidade escolar.

Formação docente e compromisso institucional com a inclusão

Os resultados analisados revelam que a consolidação de práticas inclusivas está diretamente relacionada à formação dos profissionais da educação e ao comprometimento institucional das escolas. Embora avanços legislativos tenham ampliado o acesso dos estudantes autistas às classes comuns, persistem desafios relacionados à preparação dos professores para atuar em contextos marcados pela diversidade.

Os estudos evidenciam que muitos educadores reconhecem a importância da inclusão, mas relatam dificuldades para planejar adaptações curriculares, selecionar estratégias pedagógicas adequadas e lidar com demandas específicas dos estudantes autistas. Esse cenário reforça a necessidade de programas permanentes de formação continuada.

A gestão escolar também emerge como elemento central para o sucesso das ações inclusivas. Ambientes que favorecem o trabalho colaborativo, o diálogo entre profissionais e a participação das famílias apresentam melhores condições para responder às demandas dos estudantes. Assim, a inclusão escolar deve ser compreendida como uma responsabilidade coletiva, envolvendo diferentes atores na construção de práticas educacionais mais equitativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou analisar as contribuições da neurodiversidade, do Desenho Universal para Aprendizagem e das adaptações curriculares para a inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. A revisão da literatura permitiu identificar que a construção de sistemas educacionais inclusivos depende de mudanças que ultrapassam a simples inserção física dos estudantes nas classes comuns.

Os estudos analisados demonstraram que a perspectiva da neurodiversidade contribui para ampliar a compreensão do autismo, valorizando diferentes formas de aprendizagem e participação social. Essa abordagem favorece a superação de concepções centradas exclusivamente em limitações individuais e fortalece o reconhecimento das potencialidades dos estudantes.

Verificou-se também que o Desenho Universal para Aprendizagem constitui uma importante ferramenta para a promoção da acessibilidade curricular, uma vez que



incentiva a elaboração de práticas pedagógicas flexíveis e capazes de contemplar a diversidade presente nas salas de aula. De maneira complementar, as adaptações curriculares mostraram-se fundamentais para assegurar condições efetivas de acesso, participação e aprendizagem.

Os resultados evidenciam ainda que práticas pedagógicas diversificadas, formação docente permanente e gestão escolar comprometida representam elementos indispensáveis para a efetivação da inclusão. A construção de ambientes acolhedores e acessíveis favorece não apenas o desempenho acadêmico dos estudantes autistas, mas também seu desenvolvimento social, emocional e cultural.

Diante disso, conclui-se que a inclusão escolar requer uma transformação contínua das práticas educativas e das estruturas institucionais. Mais do que atender às exigências legais, trata-se de reconhecer a diversidade humana como princípio fundamental da educação e de assegurar que todos os estudantes tenham oportunidades reais de aprender, participar e desenvolver plenamente suas potencialidades.

Por fim, recomenda-se que futuras investigações ampliem a produção de conhecimentos sobre experiências concretas de implementação do Desenho Universal para Aprendizagem e de adaptações curriculares em diferentes realidades educacionais brasileiras, contribuindo para o fortalecimento de práticas inclusivas fundamentadas em evidências científicas.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR*. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015.

CAST. *Universal Design for Learning Guidelines 3.0*. Wakefield, MA: CAST, 2024.

CUNHA, Eugênio. *Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família*. Rio de Janeiro: Wak, 2023.

DEN HOUTING, Jac. Neurodiversity: an insider's perspective. *Autism*, v. 23, n. 2, p. 271-273, 2019.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.



GRANDIN, Temple. *O cérebro autista*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Summus, 2015.

MENDES, Enicéia Gonçalves. *Inclusão escolar e educação especial no Brasil*. São Carlos: EdUFSCar, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MORRISON, J. et al. Inclusive education and autism spectrum disorder: evidence-based practices in mainstream classrooms. *Education Sciences*, v. 13, n. 4, 2023.

ODOM, Samuel L. et al. Evidence-based practices for children, youth, and young adults with Autism. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 50, n. 12, p. 4013-4032, 2020.

PELLICANO, Elizabeth; DEN HOUTING, Jac. Annual Research Review: Shifting from normal science to neurodiversity in autism science. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, v. 63, n. 4, p. 381-396, 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SCHUCK, Rachel K. et al. Neurodiversity and autism intervention: reconciling perspectives through a naturalistic developmental behavioral intervention framework. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 52, n. 10, p. 4625-4638, 2022.

SINGER, Judy. *NeuroDiversity: The Birth of an Idea*. Lexington: Judy Singer Publisher, 2017.

UNESCO. *Global Education Monitoring Report 2024: Inclusion and Education*. Paris: UNESCO, 2024.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.